

**A GREVE SOB UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL: O  
CASO DA GREVE DOS FERROVIÁRIOS DE 1906****THE STRIKE IN A TERRITORIAL PERSPECTIVE: THE  
CASE OF STRIKE OF RAILWAY IN 1906**

*Amir El Hakim de Paula<sup>1</sup>*  
*amir@ourinhos.unesp.br*

**RESUMO**

O artigo demonstra de que forma a organização da greve dos ferroviários de 1906 teve importantes mecanismos de ação territorial, como forma desses trabalhadores melhor articularem o movimento pelas várias cidades abrangidas pela malha ferroviária da Companhia Paulista. Essa articulação territorial ocorria graças, principalmente, à formação de uma rede solidária de entidades sindicais (ligas operárias e federação operária), baseadas largamente em vários princípios anarquistas, como a ação direta e o federalismo, o que proporcionava um maior engajamento das várias categorias de trabalhadores na constituição do que, à época, era conhecida como greve de solidariedade. Entendemos que esse artigo demonstra também que a Geografia, enquanto ciência que analisa o território tem importantes ferramentas para ajudar a compreender as diversas formas de movimentações operárias, abordando aspectos pouco discutidos nos trabalhos históricos e sociológicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia; Greve; Ferroviários; Sindicalismo; São Paulo.

**ABSTRACT**

The article demonstrate show the organization of the railway strike of 1906 had important mechanisms of territorial action these workers, in order to better articulate the movement to the cities covered by the Companhia Paulista railway. This territorial articulation took place mainly to the formation of a solidarity network of unions (leagues workers and workers' federation), based largely on various anarchist principles, such as direct action and federalism, which provided a greater engagement of several categories of workers in the constitution of that at the time, was known as the strike of solidarity. We understand that this article also demonstrates that geography as a science that examines the territory has great tools to help understand the different forms of workers' movements, focusing aspects with few discussions in the historical and sociological research.

**KEY-WORDS:** Geography; strike; Syndicalism; São Paulo; railroader

---

<sup>1</sup> Professor doutor do curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Ourinhos.

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o movimento operário que têm como foco as ações territoriais ainda são escassos. Poucas foram as pesquisas que procuraram compreender essas ações e de que maneira os sindicatos as organizavam.

Esse artigo demonstrará de que forma a análise geográfica pode contribuir com os estudos sobre o sindicalismo brasileiro do início do século XX, proporcionando outra compreensão sobre as intensas greves de solidariedade que as entidades sindicais realizavam como forma de conquistarem maiores salários e melhores condições de trabalho aos seus filiados.

Desta forma, discutir o movimento sindical organizado tendo como base os referenciais geográficos significa também entender as estratégias territoriais utilizadas por esses sindicatos nessas movimentações.

Procuraremos demonstrar a organização de um movimento grevista sob uma perspectiva territorial, levando em consideração as articulações que essas entidades empreendiam no território como forma de consumir as demandas de seus associados.

## O MOVIMENTO SINDICAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX NO BRASIL

A pluralidade de ideias e ações no movimento sindical do início do século XX no Brasil é patente. Grande parte oriunda dos imigrantes europeus que aqui aportaram, funcionou enquanto sustentação ideológica de vários sindicatos.

Antes mesmo da criação de sindicatos de resistência, os trabalhadores procuraram alguns mecanismos de solidariedade para atenuar a difícil vida que levavam.

Dentre essas opções, as entidades mutuais/beneficentes, as reformistas e as católicas funcionaram como uma possibilidade de organização dos trabalhadores.

De forma geral, essas entidades sindicais buscavam respeitar as implicações legais existentes, produzindo pouco no que tange à uma ação sindical mais contundente e que suplantasse esses marcos regulatórios.

Para Batalha (2000) o que as unia, de certa forma, era a busca por melhorias na vida operária, mesmo que parciais possibilitada com o acesso constante às autoridades enquanto mediadoras de conflitos.

Além disso, incentivavam a participação política de alguns militantes nas eleições legislativas, num processo no qual as conquistas operárias poderiam ser consolidadas através de leis. Nesse sentido, a utilização da greve se realizava como um último recurso na

luta por melhores condições de trabalho, ou seja, prioritariamente buscava-se sempre o acordo com patrões e o Estado.

No período em estudo a principal forma de organização operária era a sindicalista revolucionária, sendo que vários pressupostos anarquistas estavam entre os principais métodos de ação dessas entidades<sup>2</sup>.

O sindicalismo revolucionário tem sua origem nos debates da chamada Primeira Internacional, no qual os adeptos das ideias de Bakunin entendiam que a classe operária deveria lutar por meios não parlamentares para a conquista de melhores condições de trabalho e de vida. Logo, a formação de sindicatos tinha como objetivo aglutinar os trabalhadores para a formação do que chamavam de uma greve geral revolucionária, no qual se destronaria o capitalismo e o Estado, substituindo-os pela articulação das várias organizações de classe.

Os sindicatos influenciados pelas ideias de Bakunin se espalharam por alguns países da Europa (Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica) e da América (EUA, México, Brasil, Argentina e Uruguai).

O caso mais próximo desse sindicalismo de resistência no Brasil foi a CGT francesa (*Confederation Generale Du Travail*). Essa organização nacional surgiu em 1895 e, a partir de seu congresso de 1906, tornou-se adepta das proposições anarquistas.

Sobre a presença do sindicalismo revolucionário na CGT, Samis (2007) aponta que:

Todos estes anarquistas de alguma forma buscavam resgatar a perspectiva de Bakunin. No caso francês, o da CGT-paradigma para o sindicalismo revolucionário em diversos países – as táticas do boicote, sabotagem e da greve geral, combinadas ainda a uma profunda desconfiança em relação à política parlamentar, indicavam claramente a presença libertária na formulação dos postulados sindicais. (SAMIS, 2007, p.10)

A experiência dos sindicatos franceses seria a base das proposições dos sindicalistas do início do século XX no Brasil. Largamente influenciados pela CGT francesa, inclusive mencionando essa ligação em seus estatutos, vários sindicatos brasileiros teriam então algumas proposições do sindicalismo revolucionário entre suas teses.

---

<sup>2</sup> Até recentemente (início da década de 1990) historiadores e cientistas sociais declaravam os sindicatos mais combativos no Brasil como anarcossindicalistas. No presente artigo, optamos por usar o termo ‘sindicalismo revolucionário’, mais presente nos trabalhos de Toledo (2004), visto que o anarcossindicalismo, de fato, não se estruturou no Brasil, como em outras nações latinas, casos da Espanha e de Portugal.

Desta forma as lutas sindicais desenvolvidas nesse período, em que pesem algum espontaneísmo, eram substancialmente apoiadas em teorias aceitas por boa parte da classe operária mundial, tais como, a ação direta, a autogestão e a solidariedade de classe.

Uma das propostas dos sindicatos revolucionários, e adotada no Brasil nos primeiros congressos da classe operária, era a diferenciação entre os sindicatos de resistência e as outras agremiações sindicais.

Para tal efeito, as entidades sindicais revolucionárias orientavam que as agremiações de resistência se utilizassem do nome “sindicato” em seus estatutos, procurando assim, uma diferenciação dos outros agrupamentos operários que não tinham como principal preocupação fomentar entre os trabalhadores a busca por uma sociedade mais igualitária, se utilizando para isso do combate ao Capital.

Para Canêdo (1988)<sup>3</sup> essa diferenciação era importante pois

as primeiras organizações não tinham o nome de sindicato. Eram denominadas Associação Operária, Associação de Resistência, Aliança Operária, Sociedade União e Defesa, etc. A designação do sindicato só começou a aparecer com mais frequência após a realização do Primeiro Congresso Operário, realizado em 1906, que aconselhou o seu uso para diferenciar as associações de resistência ao patronato daquelas de função beneficente. (CANÊDO, 1988, p.36)

Essas entidades de resistência dependiam para a sua sustentação exclusivamente da cotização de seus filiados, possibilitando que fossem independentes, mas também efêmeras.

Com grande influência das ideias anarquistas, como a defesa da ação direta, da autogestão operária e da destruição do Estado, esses sindicatos entendiam que a luta sindical era uma oportunidade de se colocar em prática alguns desses pressupostos classistas.

Isso ocorria porque para essas agremiações a luta contra o Capital não se finalizava na conquista das melhorias desejadas, mas se expandiria na prática sindical, já que a forma de organização funcionaria para os trabalhadores, como uma *avant-premiere* da nova sociedade.

---

<sup>3</sup> Batalha (2000) ao apontar as origens dos sindicatos no país diz “Voltados para a ‘ação econômica’, os sindicatos enfrentavam questões como a jornada e as condições de trabalho, os salários, a forma de pagamento etc. Essas novas organizações surgiram com as denominações mais diversas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, ate mesmo, sindicato.” (BATALHA, 2000, p.15)

Como mostra Sferra (1987): “Através destes órgãos buscava-se conscientizar os trabalhadores de seus direitos imediatos como forma de conquista do bem-estar material e moral para a conscientização de classe.” (SFERRA, 1987, p.10)

Desta forma, a organização interna de um sindicato revolucionário espelharia o modelo de organização social desejado pela classe operária numa possível sociedade futura, no qual

[...] a federação livre, grupos autônomas de trabalhadores podem e sabem melhor que outros, organizar diretamente a produção e o consumo, ou todas as funções sociais úteis e necessárias. (SFERRA, 1987, p.19)

Como a greve, a ação direta era um mecanismo de embate sindical que, afastando o operário da luta política-partidária, educá-lo-ia para a sua transformação. Ou seja, essa estratégia propiciaria que os operários, organizados sem a presença estatal ou partidária, demonstrassem a sua força por meio de uma ação sem intermediários, num processo no qual a luta cotidiana forjasse as bases de uma sociedade futura.

Canêdo (1988) afirma que

A ação direta como instrumento de resistência ao capital deveria assumir a forma de greves (geral ou parcial), passando pelo boicote, queda do ritmo de trabalho, produção deliberadamente imperfeita, além das manifestações públicas. (CANÊDO, 1988, p.40)

Os sindicatos revolucionários estavam organizados por grande parte do país até fins da década de 1920. E essa organização tinha como objetivo a ruptura com uma ordem social totalmente desvantajosa para os trabalhadores, visto as más condições de trabalho, de salário e de moradia.

Interessante anotar que, se num primeiro momento, os sindicatos vão surgindo conforme as demandas específicas de cada ofício, aos poucos essa organização deixava a escala local (geralmente nas cidades mais industrializadas, como o Rio de Janeiro e São Paulo) e ia se espalhando pelo território nacional, numa progressão que, para Moreira (1985) seguia a própria dinâmica industrial.

Como forma de melhor combaterem o Estado e o Capital essas entidades de trabalhadores até o início da década de 1920 organizaram três congressos operários (1906, 1913 e 1920) espelhando uma preocupação em se articularem territorialmente pelo país.

O I Congresso Operário realizou-se no Rio de Janeiro em 1906 definindo alguns princípios que norteariam esses sindicatos até meados da década de 1930, como a defesa da autogestão, o federalismo, a autonomia nas diversas esferas, o enfrentamento de classes, a

necessidade de criação de sindicatos de ofícios vários quando a categoria não conseguisse ainda ter uma organização independente.

Outras diretrizes foram definidas, e posteriormente ratificadas no 2º Congresso (1913) e no 3º Congresso (1920). Dentre elas destacamos:

1º) Somente seriam filiados sindicatos de trabalhadores assalariados e que tivessem a resistência ao Capital como norma.

2º) As entidades se organizariam em federações locais ou estaduais de indústria e ofício; federações locais ou estaduais de sindicatos; sindicatos isolados de lugares onde não existiam federações locais ou estaduais, ou de indústria ou de ofício não confederados.

3º) Os funcionários dos sindicatos eram operários eleitos para funções administrativas e não diretivas.

4º) Propugnava a defesa das 8 horas de trabalho para todos os trabalhadores.

5º) A defesa de várias técnicas de luta contra o patronato, entre elas, a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o labéu [injúria] e a manifestação pública.

6º) O congresso manifestava-se contra a existência de títulos honoríficos e de distinção na organização operária.<sup>4</sup>

Como resultado desse congresso, foi lançado o jornal “A Voz do Trabalhador”, periódico de grande importância para a articulação do movimento operário nacional, bem como formada a Confederação Operária Brasileira, primeira confederação de trabalhadores de escala nacional.

Ao analisarmos esse jornal, percebíamos em suas páginas, comumente, a informação acerca das greves ocorridas.

Um das facetas principais do movimento operário desse período foi a greve de solidariedade. Baseada num entendimento de que a classe operária era única e por isso deveriam ser superadas as diferenças corporativas, a greve ocorria como uma forma de apoiode uma categoria específica, independente da relação econômica que poderia esta ter com a classe como um todo.<sup>5</sup>

Mais ainda, ao definirem a luta de classes como uma tática para a conquista de melhores condições de vida e de transformação social, os agrupamentos sindicais baseados no sindicalismo revolucionário realizavam várias práticas territoriais de grande importância.

---

<sup>4</sup> Apud Hardman (1982, p.338)

<sup>5</sup> Uma das Resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro dizia que “que o desenvolvimento da indústria faz-se no sentido de exigir de todos os trabalhadores, sem distinção de ofícios, uma solidariedade cada vez mais estreita, tendendo a abolir as barreiras que separam as corporações de ofícios”

A articulação de greves operárias no período entre os congressos operários, casos da greve dos ferroviários de 1906, dos trabalhadores da Light em 1909, e dos trabalhadores das docas em 1908, entre outras, demonstram a importância que essas reuniões tinham no que tange à uma maior organização da classe operária.

Mais do que uma questão social, para nós, esses movimentos nos mostram outra faceta possível pela organização horizontalizada: a formação de redes territoriais de solidariedade, ou seja, a organização e ação do movimento grevista ultrapassavam as fronteiras municipais, estaduais e, mais raramente, as fronteiras nacionais<sup>6</sup>.

A estruturação federalista de funcionamento da COB (Confederação Operária Brasileira), a necessidade de superação dos obstáculos criados pela extensão territorial, que, de alguma forma, dificultava a organização das entidades sindicais distantes dos grandes centros, propiciaram a presença de variadas relações interterritoriais entre os sindicatos.

Ligados de alguma forma sejam ideologicamente ou corporativamente, os sindicatos nesse período procuravam vários meios de conseguir os seus objetivos, e a greve de solidariedade, aparecia como uma estratégia de enorme eficácia.

Uma delas, por ser de grande repercussão na época, mas principalmente, pelo seu caráter territorial, será tratada aqui: a Greve dos Ferroviários de 1906.

## **A AÇÃO TERRITORIAL DAS ENTIDADES SINDICAIS NA GREVE DOS FERROVIÁRIOS DE 1906**

Em abril de 1906, os sindicatos revolucionários se reuniram no Rio de Janeiro e inúmeras resoluções foram discutidas e referendadas. E em Maio do mesmo ano era realizada a que seria até então a maior greve no Estado de São Paulo, tendo 15 dias de duração.

A greve dos Ferroviários, que teve como área de atuação principal a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, foi deflagrada pela Liga Operária de Jundiaí em 15 de Maio e, já nas primeiras horas da manhã, graças ao uso do telégrafo, segundo Leme (1986), “abrangendo as mais diferentes cidades do interior do Estado, num total de 1057 km ao longo de 119 estações.” (LEME, 1986, p.77)

---

<sup>6</sup> Foi o que ocorreu no caso do Sindicato dos Canteiros de Buenos Aires, ao solicitar o apoio do Sindicato paulista, para evitar a saída de trabalhadores para aquela cidade e assim dificultar o movimento paredista.

A Companhia Paulista tinha sido formada pela elite cafeeira em 1868, com a intenção de deslocar mais rapidamente seus produtos do interior para o porto de Santos, sendo o primeiro trecho construído entre Jundiaí e Campinas.

A partir de 1870, vários prolongamentos ocorrem com a intenção de interiorizar cada vez mais a estrada de ferro. Em 1873 foi determinado seu prolongamento até Rio Claro, área de grande produção cafeeira. Em 1881 chegava até a cidade de Descalvado, passando por cidades importantes como Araras e Pirassununga.

Nas décadas de 1880 e 1890, a Companhia Paulista resolveria expandir o traçado da ferrovia com o prolongamento de Rio Claro a São Carlos (1884), de São Carlos a Araraquara (1885) e o ramal de Visconde do Rio Claro a Jaú (1887). A partir dessa data, com a incorporação da *The Rio Claro São Paulo Railway Company*, ampliou-se a malha ferroviária da Companhia Paulista até Jaboticabal (1893) ocorrendo outro prolongamento somente no início do século XX quando a ferrovia atinge as cidades de Bebedouro e Barretos<sup>7</sup>.

O movimento se iniciou na cidade de Jundiaí e de lá, a greve se espalhou, como um rastilho de pólvora, para todas as cidades abrangidas pela malha ferroviária da Companhia Paulista, como Campinas, Vila Americana, Limeira, Cordeiro, Araras, Pirassununga, Porto Ferreira, Descalvado, Rio Claro, Anápolis, São Carlos do Pinhal, Guariba, Jaboticabal, Bebedouro e pelos ramais de Santa Veridiana, Santa Gertrudes, Campo Alegre, Brotas, Torrinhã, Dois Córregos, Santa Eudóxia, Ribeirão Bonito, Jaú, Pederneiras, São Paulo dos Agudos, Piratininga, Guataparã, Pontal e Santa Rita. (LEME, 1986)

Uma das características dessa greve foi que as reivindicações dos trabalhadores não estavam assentadas apenas em questões salariais (como se poderia imaginar) mas na exigência da demissão de um chefe da empresa, ou, nas palavras de Hardman (1982), “em solidariedade a um companheiro removido arbitrariamente.” (HARDMAN, 1982, p.339)

O movimento de greve foi logo apoiado pela Federação Operária de São Paulo, participando inclusive, Edgar Leuenroth, secretário dessa entidade, em várias manifestações.

O interessante nessa greve é que conforme os dias passavam, a intransigência da empresa aumentava o que criava uma situação de confronto contínuo entre operários e a polícia.

---

<sup>7</sup> Para um maior detalhamento da história da Companhia Paulista de Estrada de Ferro consultar: Leme (1986).



Apesar de a ferrovia ser uma forma de transporte das mais importantes e nesse início do século XX, e a que efetivamente transportava as riquezas do país, a população, em geral, ao invés de se contrapor ao movimento, juntou-se ao mesmo e várias greves de solidariedade começaram a surgir, envolvendo, inclusive, outras categorias de trabalhadores.

Como aponta Leme (1986)

Em São Paulo, a fábrica de calçados Global aderiu à greve, em solidariedade. Em Jundiaí, o mesmo ocorreu com as oficinas da Arens cujos aprendizes destruíram seus equipamentos, enquanto a fábrica de tecidos São Bento, em greve desde o dia 10 de maio, permaneceu no movimento. (LEME, 1986, p.138)

Interessante anotar que a greve de ferroviários lentamente vai se transformando em uma greve geral, envolvendo outras categorias de trabalhadores (como os têxteis) e suas várias ligas operárias. Mais do que isso, a greve amplia-se territorialmente, abarcando cidades do Estado de São Paulo e de estados vizinhos (como Minas Gerais e Rio de Janeiro).

Funcionários da Estrada de Ferro Mogiana, bem como da Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil também paralisaram, e baseados em um espírito internacionalista, soube-se que até a Liga Operária de Buenos Aires foi solidária ao movimento, nesse caso, colaborando com o envio de recursos financeiros. (LEME, 1986)

Independente do alcance territorial das manifestações de solidariedade, a verdade é que, o movimento ganhou enormes proporções, sendo que comerciantes de várias cidades (como Jundiaí e Campinas), estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo também aderiram; os primeiros fechando seus estabelecimentos e os segundos organizando um encontro questionando as arbitrariedades cometidas pela polícia.

A presença de trabalhadores na paralisação foi de tal ordem que Hardman (1982) aponta que no dia 26 de Maio em comício liderado pela Federação Operária compareceram 6.000 trabalhadores no Largo São Francisco, em São Paulo.

Como afirma Hardmann (1982) sobre os impactos da greve

As repercussões do conflito, fora do estado, foram enormes: de São Paulo, a greve generalizou-se, passou às cidades do interior do estado, para, repercutindo como um eco, chegar à Capital da República e daí Petrópolis, Porto Alegre e outras cidades e vilas, sendo que nesta última cidade, a greve foi geral, atingindo o setor de transportes. [...] Além disso, a atuação dos organismos sindicais operários, orientados pelas lideranças anarco-sindicalistas, demonstrou, na prática, as reais possibilidades e limites do método da ação direta. (HARDMANN, 1982, p.340)

Embora o movimento tenha se fortalecido durante o mês de Maio, o extenso período de paralisação começou a levar intranquilidade às cidades, no que tange ao abastecimento, o que leva a um arrefecimento do movimento.

Outros fatores determinantes a queda de popularidade da greve geral foram as informações desencontradas sobre o evento (alguns jornais comentavam que o movimento já perdia a força, enquanto a federação operária reclamava o contrário) e a intensa repressão policial aos órgãos operários, levando que várias ligas e, até mesmo, a federação operária tivessem suas sedes fechadas.

E, então, no final de Maio o movimento acaba depois de contabilizar a morte de dois trabalhadores pela polícia, sem necessariamente ter conquistado o objetivo inicial.

Em que pese o resultado não satisfatório, a greve teve um componente pouco discutido: a evolução territorial do movimento.

Para se entender esse processo, levaremos em consideração, um fator essencial: a presença das ligas operárias.

As ligas operárias surgiram no início do século XX no país, fruto das ideias federalistas presentes nos sindicatos revolucionários e tinham como objetivo canalizar as várias demandas sociais dos trabalhadores a ela filiados.

Essas ligas tinham a presença de várias entidades de trabalhadores, e alguns grêmios, inclusive, que teriam grandes dificuldades para organizarem-se corporativamente.

No movimento grevista que retratamos anteriormente, é notória a participação das ligas operárias. Embora autônomas, as ligas funcionaram como catalisadoras das demandas dos ferroviários, que embora tivessem uma associação própria (a Sociedade Beneficente dos Operários, ligada à Companhia Paulista), resolveram se utilizar de outros meios para conquistarem as suas exigências.

Essas ligas operárias eram uniões de grêmios e por isso alcançavam várias categorias de trabalhadores na área de sua ação.

O interessante nesse aspecto é que, ao terem as mesmas diretrizes sindicais, inclusive ideologicamente sendo similar, quando um movimento grevista surgia, o necessário socorro era direcionado, como forma de promover a união de toda a classe operária.

Mas de que forma essa articulação ocorria? Analisando os trabalhos de Hardman (1982), Simão (1966) e Leme (1986) percebemos que dois fatores foram primordiais para a expansão do movimento: o primeiro se refere a comunicação: as ligas operárias, por meio de seus filiados, se utilizavam do telégrafo para avisar as outras localidades acerca da greve

e posteriormente por meio de boletins e jornais. Em segundo lugar, havia uma enorme afinidade entre as ligas operárias com a Federação Operária de São Paulo, o que propiciava uma ação conjunta.

Com relação à comunicação, fica evidente de que nessa época os trabalhadores se utilizavam dos mesmos meios de comunicação que o patronato, o que possibilitava uma resposta imediata.

Por isso, não era raro, e nessa greve isso ocorreu também, que a polícia, a serviço dos patrões (é preciso lembrar que Conselheiro Antonio Prado, grande cafeicultor, era o presidente da Companhia Paulista) fechou a sede dos jornais e proibiu o uso do telégrafo pelos operários<sup>8</sup>.

Mesmo assim, a força da informação não esmorecia, ao ponto de Leme (1986) apontar que no período mais forte da greve

A liga [de Jundiaí] distribuiu 10.000 destes manifestos ao longo da linha, nos quais os grevistas enumeraram as causas da greve. (LEME, 1986, p.88)

A questão que fica pendente era como a articulação entre as ligas operárias era realizada, dentro de uma área territorial extensa?<sup>9</sup>

Para tentarmos discutir essa questão, teremos que compreender algumas ideias que os unia: a solidariedade de classe e federalismo.

No primeiro caso, já discutimos e demonstramos de que forma essa solidariedade era ampliada, envolvendo diversas categorias de trabalhadores.

No segundo, é importante ressaltar, que o federalismo operário tinha uma base filosófica diferente daquela praticada pelo Estado Liberal vigente. Suas ideias estavam ligadas às proposições federalistas discutidas por Proudhon no século XIX e que tiveram grande influência no movimento operário francês.

---

<sup>8</sup> Diz Leme (1986) que no auge da greve geral, alguns atos de violência policial foram comuns, entre eles: “[...] interrupção e censura do telégrafo nacional e da Paulista, impedindo a transmissão de notícias sobre a greve e telegramas cifrados...” (LEME, 1986, p.119)

<sup>9</sup> Segundo o jornal O Estado de São Paulo, 19.05.1906 apud Leme (1986, p. 78)

“Pela primeira vez os campineiros assistem ao espetáculo de uma greve levada à cabo, é justo reconhecer com a máxima habilidade, pelas muitas centenas de operários e mais empregados da C.P.E.F em todas as suas extensas linhas (mais de 1000 km) desde Jundiaí até as mais longínquas estações no interior do Estado.”

Posteriormente, outros anarquistas, como Bakunin, iriam se utilizar dessas premissas para propor uma auto-organização dos trabalhadores, ou seja, os trabalhadores de forma autônoma constituiriam as suas entidades e o federalismo, funcionaria como um elo de solidariedade.

No nosso caso, a entidade que funcionava como um elo das ligas operárias era a Federação Operária<sup>10</sup>.

Segundo Simão (1966), ao comentar o processo de criação das federações estaduais e regionais, no início do século XX, afirma que

Em nível mais alto, surgiram as primeiras federações sindicais de âmbito estadual ou regional. Em 1905 foi criada a Federação Operária de São Paulo, com a finalidade de articular todas as associações de grau inferior, inclusive as uniões gerais. [...] A ela estiveram filiadas quase todas as ligas e uniões gerais localizadas na Capital e algumas no interior do Estado. (SIMÃO, 1966, p.168)

A Federação Operária de São Paulo (F.O.S.P), com sede na cidade de São Paulo, aos poucos vai expandindo a sua área de influência, e as ligas municipais de várias cidades interioranas a ela se filiam.

Toledo (2009) analisando a vida de um dos principais militantes da entidade Giulio Sorelli, fornece-nos pista sobre a ação da F.O.S.P na articulação das entidades sindicais pelo Estado de São Paulo. Diz a historiadora: “O jornal da F.O.S.P anunciava também os horários das reuniões dos vários sindicatos e ligas da capital e do interior.” (TOLEDO, 2009, p.292)

Tendo a sede da F.O.S.P enquanto um local de reuniões operárias, a articulação das agremiações era facilitada e a solidariedade num movimento grevista factível<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Com relação à opção pelo federalismo, Samis (2004) afirma que a escolha desse princípio devia-se a que “[...] outro ponto importante era que o federalismo, que facultava aos sindicatos autonomia dentro da federação e, por sua vez, da federação frente a confederação. Situação que favoreceu imensamente a pactuação de grupos sindicais que, se não eram claramente vinculados à proposta anarquista, simpatizavam com os princípios descentralizados da organização proposta.” (SAMIS, 2004, p.135)

<sup>11</sup> Como aponta Toledo (2009, p.292): “Na sede da federação, os operários reuniam-se semanalmente: a União dos trabalhadores gráficos e a União dos sapateiros, às segundas; a Liga dos pedreiros e anexos, às terças; o comitê da própria federação, o conselho administrativo da União dos chapeleiros, o Sindicato dos pedreiros e confeitores e o Sindicato dos trabalhadores em veículos reuniam-se as quartas-feiras; a Liga dos trabalhadores em madeiras e o sindicato dos trabalhadores metalúrgicos, às quintas; o Sindicato dos trabalhadores em mármore e a União operária às sextas. O horário das reuniões era às 19:30. Alguns se reuniam também aos domingos de manhã e, às vezes, mudavam o dia semanal do encontro. A sede da FOSP

Relacionando as entidades participantes do movimento de apoio dos ferroviários, Toledo (2009) afirma que

Para a greve da Paulista, por exemplo, contribuíram o jornal socialista *Avanti*, a União dos Gráficos, a União dos Trabalhadores em Veículos, a União dos Chapeleiros, operários e militantes, sobretudo da capital, mas também de Araraquara, Lençóis, Ribeirão Preto, Bauru, Jaboticabal, Limeira, Sorocaba, Pirassununga, Santa Cruz das Palmeiras, etc (TOLEDO, 2009, p.293)

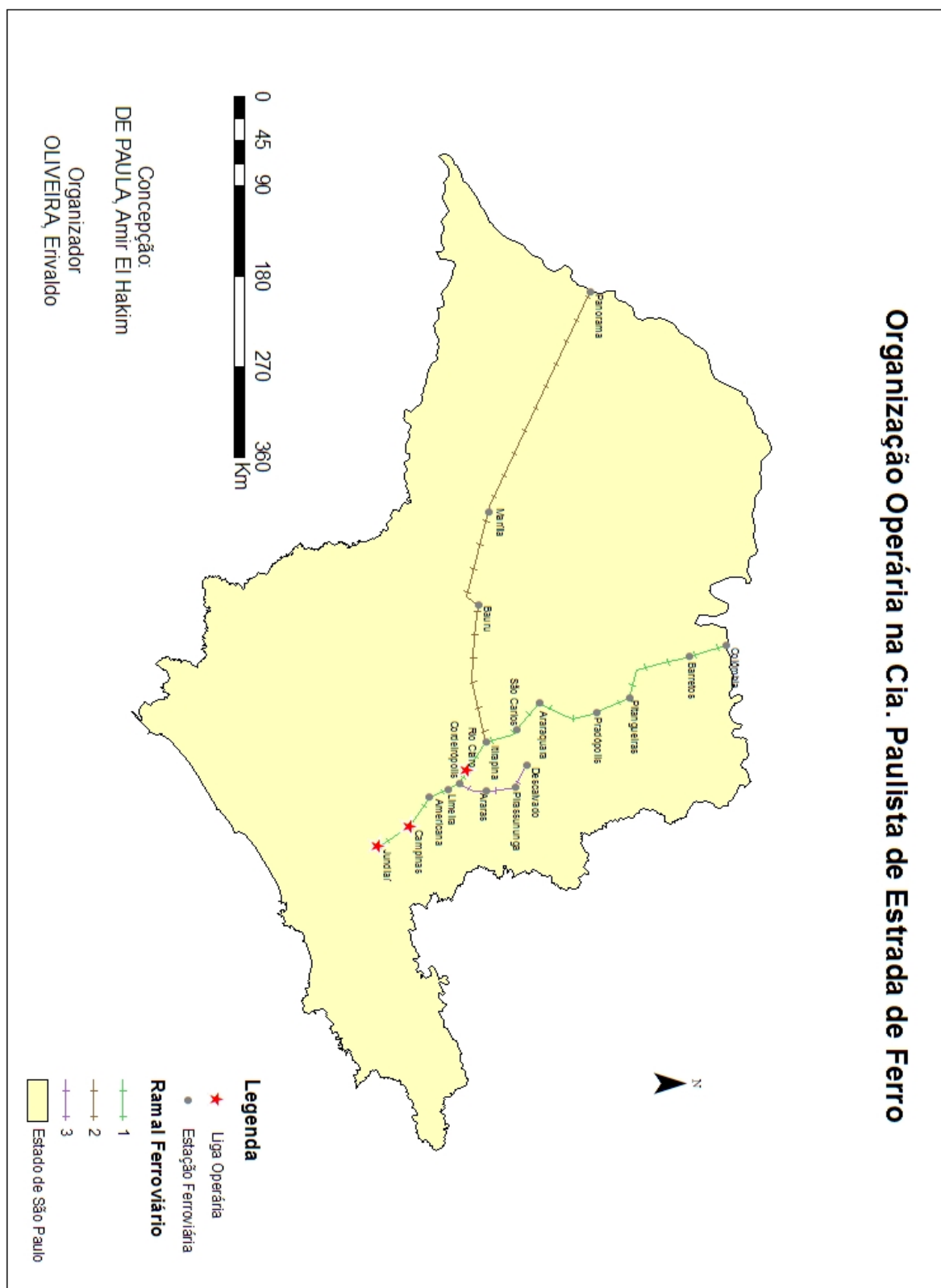
Essas ações da F.O.S.P possibilitaram que as ligas operárias tivessem um elo de ligação entre elas e as outras entidades de classe, fato que possibilitou a expansão do movimento por toda a ferrovia.

A greve foi iniciada pelas ligas operárias de Jundiaí, Campinas e Rio Claro, e se expandiu para outras cidades que a ferrovia passava.

---

ficava aberta todas as noites das 18:30 às 22 horas e aos domingos o dia todo, inclusive a sala de leitura, onde se encontravam jornais e livros.”

Figura 1



Fonte: Leme (1986), Simão (1966), Hardman (1982)

Se analisarmos a figura 1 que mostra os ramais da Companhia Paulista, veremos que as três cidades estavam nas principais passagens da estrada de ferro. Mesmo não sendo grandes entroncamentos da ferrovia, percebemos que, por serem rota dos principais entroncamentos, a paralisação dificultaria o prosseguimento de qualquer carga para a cidade de São Paulo.

Ao declararem a greve, logo foi solicitada a colaboração da Federação Operária de São Paulo, por ser um maior agrupamento e, conseqüentemente, ter as condições mais necessárias para aglutinar os diversos setores de trabalhadores.

Nesse processo, embora a autonomia estivesse preservada, foram comuns as ações serem realizadas em conjunto, e então, a luta de uma corporação passava a ser a luta de todos.<sup>12</sup>

Não é de se estranhar então que, Edgar Leuenroth, então uma das principais lideranças da Federação Operária estivesse diretamente envolvido com o movimento.

Sobre isso diz Leme (1986) ao informar o discurso do primeiro dia de manifestações em Jundiá:

Pisani [principal líder entre os ferroviários] pediu que os companheiros se fiscalizassem mutuamente, aconselhando a solidariedade. Divulgou o apoio recebido de toda a nação e leu os telegramas de adesão da Federação Operária, ali representada pelo operário Edgar Leuenroth. (LEME, 1986, p.137)

A presença de Leuenroth demonstra a possibilidade de expansão do movimento pelo interior e (devido a própria ligação da Federação com outras entidades nacionais e internacionais) além das fronteiras estaduais

O que percebemos nesse movimento é que, a intensa relação entre as ligas e a Federação Operária, possibilitou que a greve tivesse uma maior expansão territorial e conseguisse chegar a vários rincões nos quais a Cia Paulista tinha sede.

De certa forma, a territorialidade da greve seguiu a mesma territorialidade da ferrovia, mas principalmente, tinha seus principais núcleos em cidades que estavam nas

---

<sup>12</sup> Outro movimento que também demonstra uma greve corporativa se transformar em uma greve geral ocorreu em 1907 em São Paulo.

rotas necessárias para a passagem de cargas que tivessem como destino a cidade de São Paulo, e de lá para o porto de Santos<sup>13</sup>.

Essa análise nos leva a outra percepção: quando a classe operária se une e as desavenças corporativas são deixadas de lado, consegue-se, minimamente que seja, ter controle sobre as ações patronais no território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a greve dos ferroviários de 1906 demonstra a necessidade de ampliação da pesquisa geográfica acerca das manifestações sindicais no Brasil.

Muito embora esse artigo tenha analisado uma greve ocorrida há mais de cem anos, ficou patente a importância que as estratégias territoriais tiveram na organização do movimento.

Ao centralizarem suas ações nas condições materiais determinadas pela territorialidade da companhia, os ferroviários, por meio de suas organizações (como as ligas operárias e a federação operária) bloquearam as investidas da empresa, propiciando o alargamento da greve para várias cidades do Estado, principalmente naquelas próximas ao entroncamento da malha ferroviária.

Mais do que a conquista das reivindicações, a greve demonstrou de que forma as estratégias territoriais foram determinantes na expansão do movimento e qual uso delas os trabalhadores tiveram.

Procurando superar a própria falta de recursos, o movimento operário ao se utilizar do mesmo espaço para a realização de suas assembleias, propiciava um constante encontro de várias categorias de trabalhadores, o que num movimento de paralisação, facilitava enormemente a articulação das entidades sindicais.

Independente dos resultados conquistados nas lutas cotidianas, já que derrotas e vitórias são comuns aos que buscam melhorias, o artigo demonstrou que a ação territorial das entidades sindicais foi um fator importante de se considerar nesse processo de construção de um sindicalismo mais combativo.

Percebemos que essas lutas se desenvolviam em espaços específicos, nos quais a formação de uma rede territorial de entidades era um mecanismo de enfrentamento. Isso

---

<sup>13</sup> O percurso ferroviário da cidade de Jundiá para a cidade de Santos era realizado pela São Paulo Railway.



porque a ação direta, o federalismo e a autogestão, as principais bandeiras do movimento sindical aqui analisado, tinham o território como um importante substrato material.

Nesse sentido, compreendemos que as lutas sociais se desenvolviam em um dado local, um espaço determinado, e assim ficava mais clara a presença de uma articulação dessas entidades, como forma de romperem o isolamento inerte de várias entidades sindicais, próprio de uma classe social em formação.

Entendemos que a Geografia, enquanto ciência que analisa o espaço e o território pode fornecer subsídios para essa compreensão, mas também instrumentos para a luta de diversas categorias de trabalhadores que eles estejam organizados nos movimentos dos sem terras, nos sem tetos ou nos sindicatos, demonstrando o potencial que essa ciência possui para uma melhor compreensão das relações entre o Capital, o Trabalho e o Estado.

## REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo C. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. Um estudo sobre a consciência de classe: Da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora.** São Paulo: Cortez Editora, 1982.

BATALHA, Claudio. **O movimento operário na primeira república.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CÂNEDO, Leticia. **A classe operária vai ao sindicato.** São Paulo: Editora Contexto, 1988.

HARDMAN, Francisco Footet AL. **História da indústria e do trabalho no Brasil.** São Paulo: Global Editora, 1982.

LEME, Dulce Maria Pompeo de Camargo. **Trabalhadores ferroviários em greve.** Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil—** Estudos sobre sociedade e espaço. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre a pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: **História do movimento operário revolucionário.** São Paulo: Editora Imaginário, 2004. p.125-190.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: LEVAL, Gastón. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário/ A dupla greve de Genebra.** São Paulo: Editora Imaginário/Faísca, 2007, p.07-18.

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e anarcossindicalismo.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado.** São Paulo: Dominus Editora, 1966.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias.** Ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.